



MATRIZ DE EVIDÊNCIAS

Questão de Consultoria: Subquestão de consultoria: Quais parâmetros de sistematização em desdobramento dos macroprocessos do MD que podem ser utilizados no sentido de possibilitar a classificação, padronização e uniformização dos entendimentos dos achados de avaliação em determinados temas, de natureza transversal?

Id da Tarefa	Situação	Título da Tarefa	Unidade Auditada	Recomendação	Entendimento Temático da Recomendação	Macrop processo	Processo	Tipo de Macrop processo	CRITÉRIO Tema Transversal ao MD ou Singular ao Órgão/Unidade?	CRITÉRIO Se a atividade singular ao Ministério da Defesa ou comum ao Poder Executivo Federal qual a base normativa de descritivo do processo?	Responsável pelo Processo Transversal conforme Sistema	Papéis, Competências ou Atribuições do Responsável pelo Processo Transversal conforme Sistema	Base normativa	Competências Regimentais	Ano de emissão
1208604	Em execução - sem benefício registrado	DPGN (Auditoria Contrato nº 16/2021 - Relatório SEI 5140792 - Recomendação 3.1 do Achado 2.1)	DPGN/SG	considerando a relevância do tema terceirização de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, promover a elaboração de normativas especificando regras sobre capacitação contínua, como por exemplo, número mínimo de horas de capacitação como condição para atuar como fiscal e gestor.	O entendimento desta CISTET/MD é de que os órgãos tenham uma política de capacitação com definição de número de horas mínimas anuais para os gestores e fiscais de contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra.	Gestão de Pessoas	Aperfeiçoamento	Apoio	Transversal	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIFEC) - Decreto nº 67.326/1972	SEOR / DEADI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º	Art. 33. À Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipeq; Art. 37. À Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete: III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipeq; Decreto 67.326/1972 Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018) I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)	2021
1209019	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (DPGN) - Recomendação 3.5	DPGN/SG	a) passe a informar em todos os contratos o número, valor e data da Nota de Empenho; b) abster-se de realizar obrigação sem lastro orçamentário sob pena de infração à Constituição e Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 107/2000); c) passe a emitir a Nota de Empenho na mesma classificação funcional programática e natureza da despesa informada no contrato com o objetivo de afetar a possível caracterização da realização de despesa sem autorização orçamentária; d) Tendo em vista a Conformidade do Registro de Gestão (Inciso II, art. 7º da Instrução Normativa STN nº de 31/10/2007), cative a certificar que os valores de Notas de Empenho estejam suportados pelos Contratos e/ou Termos Aditivos.	Este CISTET/MD entende que quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato foram de natureza orçamentária, deverá constar já própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número da Nota de Empenho.	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Gestão do orçamento	Apoio	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001/Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SEOR / DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39	Art. 33. À Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. À Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XII - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal; Lei nº 10.180/2001	2024
1515563	Em execução - sem benefício registrado	DPGN - Ação 1211 Implantação da Infraestrutura Básica na Região Calha Norte (PANT/2022) Achado 2.19 - Recomendação 3.11 (Relatório 6548972).	DPGN/SG	1. Recomenda-se que o DPGN apresente a implementação de mecanismos de controle necessários e suficientes com vistas a acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios relacionados nos quadros 15 e 16, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução dos objetos pactuados, programando, inclusive, visitas ao local das obras, nos exatos termos dos arts. 6º, inciso I, "c", "d", "e", "f", "g", e 53, caput e §1º, da Portaria Interministerial nº 424/2016; 2. Recomenda-se que o DPGN, em relação aos convênios relacionados no quadro 16, estabeleça um prazo limite para que o Conveniente apresente as informações e esclarecimentos necessários para a continuação dos instrumentos, sob pena de aplicação das medidas dispostas no § 3º e § 5º do art. 57 da citada Portaria, evitando assim as prorrogações sem prazo definido.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Apoio	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, arts. 33 e 36	Art. 33. À Secretária-Geral compete: III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretária-Geral; Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete: I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.	2023
1515595	Em execução - sem benefício registrado	DPGN - Ação 1211 Implantação da Infraestrutura Básica na Região Calha Norte (PANT/2022) Achado 2.18 - Recomendação 3.10 (Relatório 6548972).	DPGN/SG	1. Recomenda-se a elaboração de um plano de ação para o efetivo cumprimento do princípio da anualidade na gestão de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual, avaliando a oportunidade e pertinência de consultar os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento e da Gestão e da Inovação em Serviços, antecipando-se a uma possível ação de controle por parte da Corte de Contas. 2. Recomenda-se ao DPGN providenciar o levantamento dos restos a pagar não processados com prazo de validade expirado e o cancelamento dos seus saldos junto à Secretaria do Tesouro Nacional (art. 66, §§ 6º e 7º, do Decreto 93.872/1986) e que não estão sob a execução prevista § 3º do art. 68 do Decreto 93.872/86.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Gestão do orçamento	Apoio	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001/Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SEOR / DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39	Art. 33. À Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. À Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal; Lei nº 10.180/2001	2023
1515649	Em Análise	DPGN - Ação 1211 Implantação da Infraestrutura Básica na Região Calha Norte (PANT/2022) Achado 2.2 - Recomendação 3.2 (Relatório 6548972).	DPGN/SG	Adequar o procedimento administrativo previsto no subitem 4.4.3 do "Manual de Convênios e Contratos de Repasse: Normas e Instruções", para inserir as vedações quanto à destinação de recursos para os pagamentos referenciados no inciso IV do art. 38 da Portaria Interministerial nº 559/2019, que alterou a Portaria Interministerial nº 424/2016, e em conformidade com o disposto no inciso XI do art. 18 e § 4º, da Lei nº 14.436/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Apoio	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, arts. 33 e 36	Art. 33. À Secretária-Geral compete: III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretária-Geral; Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete: I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.	2023
1515660	Em Análise	DPGN - Ação 1211 Implantação da Infraestrutura Básica na Região Calha Norte (PANT/2022) Achado 2.1 - Recomendação 3.1 (Relatório 6548972).	DPGN/SG	Instituir rotinas com o objetivo de registrar os assuntos tratados internamente com vistas à avaliação dos procedimentos consignados no Manual de Convênios e Contratos de Repasse, para adequá-los a eventuais alterações dos normativos que tratam das Transferências Voluntárias de União.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Apoio	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, arts. 33 e 36	Art. 33. À Secretária-Geral compete: III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretária-Geral; Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete: I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.	2023
1587243	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria ESG - Recomendação 3.1	ESG/EMCFA	Passe a instruir nos processos, relativos às interações com escolas e outros órgãos da administração pública e a meio acadêmico nacional e internacional, instrumento que demonstre o alcance dos objetivos e metas planejadas com relação a cada evento realizado	Recomendação pontual.	Educação, Cultura e Comunicação de Defesa	Gestão da cultura organizacional	Finalístico	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	CHEC	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, arts. 31 e 32	Art. 31. À Chefe de Educação e Cultura compete: XI - promover a interação das escolas e das instituições de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas e destas com as instituições civis de interesse da defesa, no que se refere às atividades pertinentes à área da educação e da cultura; XII - colaborar para o fortalecimento da interação das instituições de ciência, tecnologia e inovação com a Base Industrial de Defesa, na área da educação e da cultura; XIII - promover as ações que contribuam com as Forças Singulares para a preservação do patrimônio histórico-cultural no âmbito do setor de defesa;	2024

1701920	Em Análise	Relatório de Auditoria (DPCN) - Recomendação 3.1	DPCNSG	Instituir rotinas com vistas à tabulação das falhas detectadas nas fiscalizações/monitoramentos, mantendo as atualizações, com vistas a assegurar a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento, de acordo com a experiência vivenciada, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento do programa e, consequentemente, para o alcance dos seus objetivos, bem como registrar as medidas de controle efetivamente adotadas para mitigar a possibilidade de recorrência das falhas mais relevantes, considerando o nível de risco (Impacto X Probabilidade).	Sem entendimento transversal pactuado	Planejamento e Orçamento	Planejamento e Orçamento	Gerenciamento	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001.	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal; Lei nº 10.180/2001.	2024
1701927	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (DPCN) - Recomendação 3.2	DPCNSG	Formalizar Planos de Vitória, considerando as especificidades de cada convênio e os marcos de execução das vitórias já realizadas, conforme previsto no artigo 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Apoio	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 33 e 36	Art. 33. A Secretária-Geral compete: III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretária-Geral; Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete: I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.	2024
1701933	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (DPCN) - Recomendação 3.3	DPCNSG	Adotar providências com vistas à formalização prévia da Matriz de Riscos e Controles (MRC) Associada ao Processo de Transferência de Recursos mediante convênios, evidenciando o nível de risco (Produto Impacto X Probabilidade) e as medidas mitigadoras eventualmente adotadas.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 36	Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2024
1722490	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria de Avaliação do EMCA/ (SEI 7397706) de 05/09/2024 - Recomendação 3.1	SCJIVCHOC/CHOC/EM CFAMMD	Instituir procedimentos internos que visem a minimizar os riscos de desvio de finalidade na aplicação dos recursos descentralizados às forças singulares, procedimentos entre os quais se inclui a transferência da DNCA/4/2023 da possibilidade de cobrar das unidades descentralizadas a prestação de contas dos recursos recebidos, no intuito de assegurar o atingimento da finalidade prevista.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Apoio	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 33 e 36	Art. 33. A Secretária-Geral compete: III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretária-Geral; Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete: I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.	2024
1736576	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (ESD) - Recomendação 3.5	ESD/CHCE/EMCFAMMD	Adotar providências com vistas à publicação dos Planos Anuais de Visitas Técnicas - PAVTs, devidamente formalizados, e disponibilizar em processo de supervisão os documentos que comprovam as visitas técnicas realizadas aos setores da Escola, conforme previsto nos PAVTs e de acordo com os cronogramas estabelecidos, bem como os relatórios sobre os objetos monitorados, as avaliações e as recomendações expedidas.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 36	Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: XI - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2024
1736577	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (ESD) - Recomendação 3.6	ESD/CHCE/EMCFAMMD	Adotar providências com vistas à elaboração da Instrução Normativa que trata da criação da comissão de ética.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 36	Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: XI - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2024
1736580	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (ESD) - Recomendação 3.7	ESD/CHCE/EMCFAMMD	Instituir rotinas para que seja exigida das empresas contratadas para prestação de serviços sob regime de execução indireta, a designação formal de preposto antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, em atendimento ao disposto no art. 44 da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão da Logística	Gestão de licitações, contratos e serviços administrativos	Apoio	Transversal	Sistema de Serviços Gerais (SSG) - Decreto nº 1.094/994	SEOR	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 40 e Decreto nº 1.094/994	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: VI - Sistema de Serviços Gerais - SSG; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete: b) licitações, contratos e instrumentos congêneres; Decreto nº 1.094/994	2024
1736624	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (ESD) - Recomendação 3.18	ESD/CHCE/EMCFAMMD	Instituir rotinas com vistas à efetiva implementação do indicador e correspondente meta estabelecida para a Atividade Estratégica (AE 5.1.04) do PLANGESD (SR 7464856), consignada na tabela constante do item 2.4 deste Relatório de Auditoria.	Sem entendimento transversal pactuado	Planejamento e Orçamento	Planejamento e Orçamento	Gerenciamento	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001.	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal.	2024
1736715	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (ESD) - Recomendação 3.20	ESD/CHCE/EMCFAMMD	Instituir rotinas com vistas à efetiva elaboração e aprovação do PDIC e PETIC da ESD, com vigência a partir de 2025.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão de TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação	Apoio	Transversal	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SIGP) - Decreto nº 7.579/2011	SEOR/DETIC	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 42 e Decreto nº 7.579/2011	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipep; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: Art. 42. Ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da administração central do Ministério, compete: I - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério na estrutura do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal; Decreto nº 7.579/2011.	2024
1736803	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (FAHFA) - Recomendação 3.1	FAHFAHFA/SEPSDSO/MD	Adotar formalmente, como rotina administrativa, procedimentos que identifiquem e interpretem os dados fornecidos pelos indicadores de desempenho da gestão.	Sem entendimento transversal pactuado	Planejamento e Orçamento	Planejamento e Orçamento	Gerenciamento	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001.	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal.	2024
1736896	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (FAHFA) - Recomendação 3.2	FAHFAHFA/SEPSDSO/MD	Aprimorar o planejamento de sua execução orçamentária, a fim de evitar infração ao princípio da anualidade orçamentária.	Sem entendimento transversal pactuado	Planejamento e Orçamento	Planejamento e Orçamento	Gerenciamento	Transversal	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001.	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal.	2024
1736903	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (FAHFA) - Recomendação 3.3	FAHFAHFA/SEPSDSO/MD	Estabelecer em norma interna a regulação e a forma de aplicação dos recursos do FAHFA no mercado financeiro, no que concerne ao gerenciamento e monitoramento da aplicação dos recursos.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Patrimonial	Patrimônio	Apoio	Transversal	Sistema de Administração Patrimonial (SIAPN)	SEOR	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 37, caput	VI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, do Sioeg, dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Custos do Governo Federal; VIII - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, à informática, às comunicações e ao transporte; IV - elaborar propostas de diretrizes para a gestão do patrimônio mobiliário do Ministério e coordenar as ações decorrentes comuns às Forças Armadas;	2024

1736906	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria (FAHFA) - Recomendação 3.4	FAHFA/FASEPS/DSG/MD	Realizar o mapeamento de seus processos baseado em riscos e buscar o aperfeiçoamento do quadro funcional em gestão de riscos por meio de treinamentos específicos.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: VII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sita; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025) Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1736971	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.1	HFA/SEPS/DSG	Estabelecer rotinas internas consignando a necessidade de arquivar o documento contábil que deu suporte às transações do ativo imobilizado registrado nas contas contábeis de bens imóveis, no caso, os Termos de Doação de Transferência de Domínio Público juntamente com o custo histórico da transação ou valor justo.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740183	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.2	HFA/SEPS/DSG	Estabelecer rotinas internas que possibilitem: a) Quando do recebimento do bem imóvel sem custo, por meio de uma transação sem contraprestação, mensurar no reconhecimento pelo valor justo, na data da aquisição, antes de iniciar os procedimentos de depreciação de bens imóveis como forma de garantir uma base monetária confiável; e b) Não tratar como reavaliação, quando da mensuração pelo valor justo no reconhecimento de item do ativo imobilizado adquirido sem custo ou com custo irrisório ou custo simbólico.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	§ 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740190	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.3	HFA/SEPS/DSG	Que o HFA, quando da retificação dos lançamentos contábeis efetuados por meio da 2024NS007312, proceda a transposição do registro (soma e débito) para a conta adequada conforme detalhado no item 2.4 deste Relatório.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	§ 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740197	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.4	HFA/SEPS/DSG	Instituir rotinas internas que visem, quando da realização dos procedimentos contábeis da reavaliação, proceder com a baixa da depreciação acumulada, para que, no caso, não ocorra a subavaliação da contabilização do valor da reavaliação.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740202	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.5	HFA/SEPS/DSG	Instituir rotinas internas que consigam a necessidade de se contabilizar o valor das reavaliações no mês em que ocorreu o processo de reavaliação dos bens imóveis, objetivando a contabilização tempestiva da reavaliação.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740233	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.6	HFA/SEPS/DSG	Instituir em suas rotinas internas procedimentos que visem: a) Registrar na conta 23611.02.02 (Reavaliação de Bens Imóveis) a correspondente diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor justo, com base em laudo técnico em conformidade com a Instrução Normativa SPU/ME nº 67/2022; b) Promover o estorno da conta contábil 23611.02.00 (Reavaliação de Ativos) no montante de R\$ 13.742.664,84 visto que esses valores não se trata de reavaliação de ativo e sim de procedimento de reclassificação da conta sobre o andamento, atentando-se para as corretas contas contábeis a serem debitadas/creditadas.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740239	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.7	HFA/SEPS/DSG	Instituir rotinas internas que consigam: a) Que a reclassificação da conta contábil 12321.06.01 (Obrs em Andamento) seja suportada por laudo de avaliação cujo valor deem respaldo ao montante a ser incorporado ao ativo em questão; e b) Ao realizar a baixa dos valores registrados na conta contábil 12321.06.01 (Obrs em Andamento) não utilize como contrapartida a conta 36511.01.00 (Desincorporação de Ativos) bem como não utilize a conta 23611.02.00 (Reavaliação de Ativos) como contrapartida do montante a ser incorporado ao ativo imobilizado. No presente caso, a contrapartida seria a conta contábil 12321.01.16 (Hospita)	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740250	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.8	HFA/SEPS/DSG	a) Que o HFA apresente a esta CISET-MD comprovação da conclusão dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 do Plano de Ação referente à avaliação de bens imóveis. b) Que o HFA, à medida que ocorre a conclusão dos próximos itens do Plano de Ação (07 a 16), apresente a comprovação da implementação, a qual será realizada por meio do monitoramento das recomendações, via sistema e Gp (artigo e Audi).	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024
1740257	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.9	HFA/SEPS/DSG	Consignar em rotinas internas procedimentos que visem: a) Observar para todos os itens do item 7 da Macrofunção 020344 (Bens Imóveis) quando da evidencição em Notas Explicativas relativas a bens imóveis. b) Não deixar de divulgar informações financeiras e não financeiras que sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Contabilidade	Apoio	Transversal	Sistema de Contabilidade Federal (SIOF) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	SEOR/DEORF	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, arts. 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009	Art. 33. A Secretária-Geral compete: § 1º A Secretária-Geral, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; Art. 37. A Secretária de Planejamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete: I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;	2024

1740262	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.10	HFA/SEPE/DS/SG	Que o HFA gerencie as tratativas com a SPU/DF com o objetivo de acelerar os procedimentos de fracionamento do imóvel de R\$ de utilização nº 9703054400200 e posterior devolução da parte que cabe ao HFA. Data Limite de Implementação:	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Patrimonial	Patrimônio	Apoio	Transversal	Sistema de Administração Patrimonial (SIAPA)	SEOR/DEAO	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 37, caput	XI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, do SIorg, dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Custos do Governo Federal; XVII - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, à informática, às comunicações e ao transporte; IV - elaborar propostas de diretrizes para a gestão do patrimônio imobiliário do Ministério e coordenar as ações decorrentes comuns às Forças Armadas;	2024
1740346	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Financeira HFA - Recomendação 3.11	HFA/SEPE/DS/SG	a) manter atualizada as ações determinadas pelo Comandante Logístico do HFA que estão consignadas no sexto parágrafo do Achado 2.13 deste Relatório de Auditoria; e b) realizar a comprovação, por meio de Laudo Técnico, dos valores que já foram utilizados na obra bem como dos valores que estão contabilizados na conta contábil 12321.06.01 (Obras em Andamento).	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão Patrimonial	Patrimônio	Apoio	Transversal	Sistema de Administração Patrimonial (SIAPA)	SEOR/DEAD	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 37, caput	XI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, do SIorg, dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Custos do Governo Federal; XVII - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, à informática, às comunicações e ao transporte; IV - elaborar propostas de diretrizes para a gestão do patrimônio imobiliário do Ministério e coordenar as ações decorrentes comuns às Forças Armadas;	2024
1828277	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.1	DPS/SEPE/DS/SG	Implementar mecanismos formais de registro das reuniões semanais, tais como atas padronizadas e arquivamento sistemático, com o objetivo de garantir a rastreabilidade, a transparência e a adequada documentação das deliberações e decisões tomadas no âmbito da gestão orçamentária e financeira.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828282	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.2	DPS/SEPE/DS/SG	Implementar ações administrativas específicas voltadas a contribuir com a formalização de parcerias institucionais com ministérios (Termos de Execução Descentralizada - TEDs), no contexto do Projeto Rondon. Essa medida visa diversificar as fontes de financiamento, reduzir a dependência exclusiva de emendas parlamentares e mitigar os impactos da insuficiência orçamentária identificada.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828293	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.3	DPS/SEPE/DS/SG	Elaborar normativos internos que estabeleçam o processo de quantificação das metas planejadas, contemplando, entre outros aspectos, a definição de critérios padronizados - como histórico orçamentário, custo médio por beneficiário e capacidade de apoio dos entes envolvidos.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828284	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.4	DPS/SEPE/DS/SG	Retomar, caso identifique como viável, os trâmites formais necessários para viabilizar, junto ao setor competente (DETI), a implementação operacional do sistema, independentemente da decisão adotada, recomendando-se que a unidade formalize seu posicionamento, documentando os critérios utilizados e as justificativas para a opção escolhida.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828286	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.5	DPS/SEPE/DS/SG	Instituir, como rotina administrativa, práticas administrativas formalizadas que priorizem áreas (para fins da execução das ações do Projeto Rondon) com maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como regiões menos populosas e isoladas do território nacional, que necessitam de maior oferta de bens e serviços, conforme a norma em vigor.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828287	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.6	DPS/SEPE/DS/SG	Elaborar normativos internos que orientem ou institucionalizem a prática da capacitação contínua vinculada às ações dos projetos.	Recomendação pontual.	Políticas de Pessoal e Proteção Social	Programas sociais	Gerenciamento	Singular	Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025		Processo não estruturado por meio de sistema	Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52	Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete: VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros; Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete: I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.	2025
1828289	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Projeto Rondon - Ação 8425 - Recomendação 3.7	DPS/SEPE/DS/SG	Adotar as providências necessárias para assegurar o cumprimento do disposto no art. 79 do Decreto nº 8.726/2016, promovendo a atualização de seu site eletrônico oficial com a publicação da relação completa dos instrumentos de parceria firmados com organizações da sociedade civil, acompanhados dos respectivos planos de trabalho. Tal medida visa garantir a transparência da gestão pública, facilitar o controle social e assegurar a conformidade com a legislação vigente.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Gestão da Transparência Ativa	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AE/PI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 48	Art. 8º. À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai, (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2025

1838103	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 2055 - Recomendação 3.1	EMCFA	1. Instituir rotinas com vistas a mitigar o risco da inobservância do disposto no art. 7º, caput e § 2º, da Instrução Normativa SEOR/SG/MD nº 9/2023 e art. 1º da Portaria SEOR/ME nº 13.405/2021, notadamente no que se refere ao registro e à operacionalização dos Termos de Execução Descentralizada no Transferegov. 2. Para os futuros destaques orçamentários formalizados por meio de TED, realizar o registro e operacionalização na plataforma Transferegov.	Recomendação pontual.	Emprego Conjunto das Forças Armadas	Governança e Gestão	Finalístico	Singular	Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva	EMCFA	Processo não estruturado por meio de sistema	Lei nº 14.600/2023 Decreto 11.337/2023, art. 12	Art. 12º - Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos: I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência; II - políticas e estratégias militares de defesa; III - inteligência de defesa; IV - educação e cultura; V - assuntos e atos internacionais e participação em representações e em organismos, no País e no exterior, na área de defesa; VI - atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevanteamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas; VII - articulação e equipamento das Forças Armadas; e	2025
1838132	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 2055 - Recomendação 3.2	EMCFA	Tendo em vista a uniformização da legislação, recomenda-se revisar a IN EMCFA nº 02/2025, para inserir cláusula vedando o fracionamento de descentralizações para a conexão de único objeto, nos moldes do inciso I do parágrafo 2º do art. 3º da IN/MD SEOR nº 09/2023.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Finalístico	Singular	Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva	EMCFA	Processo não estruturado por meio de sistema	Lei nº 14.600/2023 Decreto 11.337/2023, art. 12	Art. 12º - Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos: I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência; II - políticas e estratégias militares de defesa; III - inteligência de defesa; IV - educação e cultura; V - assuntos e atos internacionais e participação em representações e em organismos, no País e no exterior, na área de defesa; VI - atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevanteamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas; VII - articulação e equipamento das Forças Armadas; e VIII - acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. § 1º Compete, ainda, ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: I - receber e analisar os projetos de interesse da defesa encaminhados ao Ministério pelas Forças Singulares; II - estabelecer requisitos operacionais conjuntos para os projetos estratégicos de interesse da defesa; III - subsidiar o processo decisório no Ministério para a deliberação de projetos estratégicos de interesse da defesa, ouvido o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares; IV - atuar como órgão de direção-geral no âmbito de sua área de atuação, observadas as competências dos demais órgãos; V - coordenar os meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas; VI - coordenar as ações destinadas à formulação do planejamento e da gestão estratégica no âmbito dos órgãos que lhe são subordinados; VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa; e VIII - coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas.	2025
1838133	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 2055 - Recomendação 3.3	EMCFA	Adotar providências com vistas a consignar em normativo interno a forma de apresentação e de análise de prestações de contas de recursos descentralizados sem a formalização de TED.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Finalístico	Singular	Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva	EMCFA	Processo não estruturado por meio de sistema	Lei nº 14.600/2023 Decreto 11.337/2023, art. 12	Art. 12º - Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos: I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência; II - políticas e estratégias militares de defesa; III - inteligência de defesa; IV - educação e cultura; V - assuntos e atos internacionais e participação em representações e em organismos, no País e no exterior, na área de defesa; VI - atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevanteamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas; VII - articulação e equipamento das Forças Armadas; e VIII - acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. § 1º Compete, ainda, ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: I - receber e analisar os projetos de interesse da defesa encaminhados ao Ministério pelas Forças Singulares; II - estabelecer requisitos operacionais conjuntos para os projetos estratégicos de interesse da defesa; III - subsidiar o processo decisório no Ministério para a deliberação de projetos estratégicos de interesse da defesa, ouvido o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares; IV - atuar como órgão de direção-geral no âmbito de sua área de atuação, observadas as competências dos demais órgãos; V - coordenar os meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas; VI - coordenar as ações destinadas à formulação do planejamento e da gestão estratégica no âmbito dos órgãos que lhe são subordinados; VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa; e VIII - coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas.	2025
1858438	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.2	CENSPAM/SG	Em face do exposto, recomenda-se ao Censipam, com fundamento no artigo 17 do decreto 9.203/2017, instituir sua gestão de riscos, que deve observar os princípios: I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público; II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução do estratégia e o alcance dos objetivos institucionais; III - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo benefício; e IV - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.	Recomendação pontual.	Gestão de Transferência de Recursos	Transferência de recursos	Finalístico	Singular	Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva	EMCFA	Processo não estruturado por meio de sistema	Lei nº 14.600/2023 Decreto 11.337/2023, art. 12	Art. 12º - Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos: I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência; II - políticas e estratégias militares de defesa; III - inteligência de defesa; IV - educação e cultura; V - assuntos e atos internacionais e participação em representações e em organismos, no País e no exterior, na área de defesa; VI - atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevanteamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas; VII - articulação e equipamento das Forças Armadas; e VIII - acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. § 1º Compete, ainda, ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: I - receber e analisar os projetos de interesse da defesa encaminhados ao Ministério pelas Forças Singulares; II - estabelecer requisitos operacionais conjuntos para os projetos estratégicos de interesse da defesa; III - subsidiar o processo decisório no Ministério para a deliberação de projetos estratégicos de interesse da defesa, ouvido o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares; IV - atuar como órgão de direção-geral no âmbito de sua área de atuação, observadas as competências dos demais órgãos; V - coordenar os meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas; VI - coordenar as ações destinadas à formulação do planejamento e da gestão estratégica no âmbito dos órgãos que lhe são subordinados; VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa; e VIII - coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas.	2025
1858629	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.1	CENSPAM/SG	Recomenda-se ao Censipam: (I) adotar, com fundamento no artigo 7º, caput e seu parágrafo único, da IN ME 24/2020, a prática de monitorar, de forma sistemática e contínua, ao menos a cada três meses, com ênfase nos eventuais desvios observados em relação aos objetivos e projetos com metas e entregas previstas para o trimestre findo e principalmente no intuito de antecipar problemas e tomar as ações necessárias para o alcance das metas e entregas do trimestre seguinte, a execução de seu plano estratégico institucional; (II) institucionalizar, com fundamento no inciso X do artigo 4º do decreto 9.203/2017 e no inciso II do § 2º do artigo 23 da IN MP/CGU 1/2016, a sistemática de monitoramento de seu PEI.	Recomendação pontual.	Governança e Gestão	Direção e Supervisão da Gestão Estratégica e Administrativa	Gerenciamento	Singular	Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva	SG	Processo não estruturado por meio de sistema	Lei nº 14.600/2023 Decreto 11.337/2023, art. 83	Art. 83. A Secretaria-Geral compete: I - assistir o Ministro de Estado na definição de diretrizes e nos assuntos de competência dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral; II - assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas e de estratégias nacionais e setoriais de defesa quanto às competências dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral; III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral; IV - elaborar estudos e propor ações e projetos para o aprimoramento da governança, da desburocratização, da gestão, da inovação e da organização institucional, e de outros assuntos correlatos, no âmbito do Ministério da Defesa e observada a esfera de competências do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; V - supervisionar os processos de elaboração do Plano Plurianual e da proposta orçamentária no que se refere à dimensão estratégica, no âmbito do Ministério da Defesa; VI - propor e supervisionar a implementação de políticas, de planos, de programas, de projetos e de ações de caráter transversal que demandem coordenação da Secretaria-Geral; IX - coordenar, orientar e harmonizar as ações para a adoção de providências relacionadas ao atendimento das demandas dos órgãos de controle externo e de controle interno nas quais estejam envolvidas mais de uma unidade da estrutura do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Geral e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; X - assistir o Ministro de Estado da Defesa na supervisão das entidades da administração pública federal diretamente vinculadas ao Ministério da Defesa; e	2025
1858642	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.3	CENSPAM/SG	Recomenda-se ao Censipam, com fundamento nos artigos 19 e 20 da IN MP/CGU 1/2016, no bojo da instituição de sua gestão de riscos, associar a cada risco mapeado e avaliado um agente responsável.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 8º	Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: VI - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sita; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2025
1858645	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.4	CENSPAM/SG	Recomenda-se ao Censipam, com fundamento nos incisos V e XIV do artigo 8º da IN MP/CGU 1/2016: II - definir claramente os responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito organizacional; e II) instituir a prática de avaliar periodicamente a eficácia do funcionamento dos controles internos da gestão.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Integridade Pública e Gestão de Riscos	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 8º	Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sita; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2025

1859551	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.6	CENSPAM/SG	Recomenda-se ao Censipam, com fundamento no inciso II do § 2º do artigo 23 da IN MP/CGU 1/2016 e no inciso I do artigo 20 da Portaria Seges 8678/2021, sistematizar o monitoramento de seu PCA, estabelecendo formas de acompanhamento de resultados, com indicadores e metas para a gestão dos processos de contratação.	Sem entendimento transversal pactuado	Gestão da Logística	Gestão de licitações, contratos e sanções administrativas	Apoio	Transversal	Sistema de Serviços Gerais (SSG) - Decreto nº 1.094/994	SEOR	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 33, 37 e 40 e Decreto nº 1.094/994	Art. 33. A Secretaria-Geral compete: § 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas: VI - Sistema de Serviços Gerais – SSG. Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete: XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º; Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete: b) licitações, contratos e instrumentos congêneres; Decreto nº 1.094/994	2024
1859552	Em execução - sem benefício registrado	Relatório de Auditoria Ação Orçamentária 20x4 - Recomendação 3.7	CENSPAM/SG	Recomenda-se ao Censipam, com fundamento no inciso IV do § 3º do artigo 1º da Lei nº 7734/2012 e no § 4º do artigo 9º da IN TCU 84/2020: I) publicar, no local apropriado em seu sítio na internet, as notas de empenho de despesa; e II) publicar, no local apropriado em seu sítio na internet, os links para todos os relatórios e informes de fiscalização produzidos pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo controle externo durante o exercício financeiro, com as eventuais providências adotadas em decorrência dos apontamentos da fiscalização.	Sem entendimento transversal pactuado	Integridade e Transparência	Gestão da Transparência Ativa	Gerenciamento	Transversal	Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023	AESPI	Unidade Setorial	Decreto 11.337/2023, art. 8º	Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete: III - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitaí; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)	2025